EDITORIAL VERBO, S. A.**Anúncio n.º 7681-JR/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 28 200/600404; identificação de pessoa colectiva n.º 500090688; inscrição n.º 25; número e data da apresentação: 6/050324.

Certifico que foi registada a alteração do contrato quanto aos artigos 5.º, 9.º, 13.º, 17.º, 19.º e 24.º, que ficaram com a seguinte redacção:

Artigo 5.º

O aumento de capital por qualquer meio só é possível se a assembleia geral extraordinária, convocada expressamente para esse fim, por maioria de 75% da totalidade do capital social, o decidir.

Artigo 9.º

A assembleia geral é constituída por todos os accionistas da sociedade que tenham as acções averbadas no registo respectivo ou depositadas no cofre social até cinco dias antes da reunião.

1 — A cada grupo de 10 acções corresponde um voto.

2 — A mesa da assembleia geral terá um presidente e dois secretários, eleitos de três em três anos.

3 — Para que a assembleia geral possa deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação; dissolução da sociedade ou outros assunto para que a lei exija maioria qualificada, devem estar presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a 75% do capital social, sendo necessária igual maioria para que possam ser aprovadas quaisquer propostas sobre as mesmas matérias.

Artigo 13.º

A administração da sociedade será exercida por um conselho de administração constituído por três, cinco, ou sete membros, conforme decisão da assembleia geral, eleitos em assembleia geral por um período de três anos, sendo um presidente, designado pela própria assembleia, e vogais os restantes.

1 — Dos vogais, um, em acta do conselho de administração, poderá ser designado administrador-delegado e substituir em tudo, nos termos permitidos por lei, sempre que necessário, o presidente.

2 — As vagas que ocorrerem no conselho de administração podem ser preenchidas, se o mesmo conselho vir nisso necessidade, de entre os accionistas ou não accionistas, até que a assembleia geral ratifique o seu preenchimento.

Artigo 17.º

A fiscalização dos actos e negócios da sociedade é confiada a um conselho fiscal, composto de três membros, eleitos pela assembleia geral de três em três anos.

1 — A assembleia geral designará, de entre os membros efectivos do conselho fiscal, o presidente e designará ainda, além destes, pelo menos um suplente.

2 — Os membros do conselho fiscal e suplentes podem ou não ser accionistas, mas um dos membros efectivos do conselho fiscal e um suplente deverão ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

3 — O número de membros do conselho fiscal, por proposta do mesmo, poderá ser elevado até cinco pela assembleia geral, caso em que esta designará, então, dois suplentes.

4 — A fiscalização dos actos e negócios da sociedade poderá ser confiada a um fiscal único por deliberação da assembleia geral, a qual designará igualmente o seu suplente, devendo ambos ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Artigo 19.º

O lucro líquido do exercício terá a seguinte aplicação:

1 — 5% para o fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido ou for necessário reintegrá-lo.

2 — A parte restante conforme deliberação da assembleia geral.

Artigo 24.º

Os impostos que forem lançados aos membros da administração, em razão do exercício dos seus cargos, não serão pagos pela sociedade.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Novembro de 2005. — A Ajudante, *Maria João Ruano*.
2011354110

EDUARDO & ROSS — MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE DECORAÇÃO, L.ª**Anúncio n.º 7681-JS/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 13 172/050301; identificação de pessoa colectiva n.º 505123215; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 33/050301.

Certifico que foi registado o contrato de sociedade comercial e designação de gerentes, que se rege pelos seguintes estatutos:

Artigo 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade comercial por quotas e a sua firma é constituída pela denominação Eduardo & Ross — Mobiliário e Artigos de Decoração, L.ª

Artigo 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Estrada da Luz, 11-B, freguesia de São Domingos de Benfca.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderão ser abertas ou encerradas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto o comércio de mobiliário, artigos de decoração, artigos de iluminação, carpetes, artigos de uso doméstico e similares para o chão, importação e exportação.

Artigo 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2500 euros cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios, Eduardo Luís Costa Fernando da Silva e Roslyn Laman Leigh Ross.

Artigo 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de quaisquer outras sociedades, quer com o mesmo objecto, quer com objecto diferente, em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, bem como adquirir ou alienar acções, quotas ou obrigações de outras sociedades e realizar sobre elas as operações que se mostrem convenientes aos interesses sociais.

Artigo 6.º

1 — A divisão e cessão de quotas entre sócios é livremente permitida.

2 — A cessão de quotas a estranhos, no todo ou em parte, fica dependente do consentimento prévio da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, fica reservado o direito de preferência.

Artigo 7.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado, será exercida por ambos os sócios, desde já: designados gerentes.

2 — A sociedade fica vinculada com a assinatura de um gerente.

Artigo 8.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante global de 200 000 euros.

Artigo 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o seu titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto, ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de falecimento de um sócio;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço como tal, para que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

Sócios e quotas:

1 — Eduardo Luís Costa Fernando da Silva, casado com Roslyn Laman Leigh Ross, comunhão de adquiridos, Rua de Júlio Dinis, Casal do Sol, Murches, Cascais — 2500 euros.

1 — Roslyn Laman Leigh Ross, ou Roslyn Laman Leigh Rose, casada e residente com o anterior — 2500 euros.

Gerentes designados — ambos os sócios.

Está conforme o original.

18 de Julho de 2005. — A Ajudante, *Maria Irene Palma*.
2010541308

E. I. P. — ELECTRICIDADE INDUSTRIAL PORTUGUESA, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-JT/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 24 133/561105; identificação de pessoa colectiva n.º 500089477; inscrição n.º 3; números e datas das apresentações: 28/20020104 e 8-9/20020902.

Certifico que foi registado o seguinte:

Redução e aumento de capital, redenominação e transformação em sociedade anónima.

Redução na totalidade com reforço imediato no montante de 701 687 000\$00, realizado por conversão de créditos e subscrito por CATELEC — Catenária, Telecomunicações e Electricidade. S. A., Avenida de Miguel Bombarda, 36, 6.º, Lisboa, agora admitida como sócia.

Data da deliberação: 26 de Abril de 2001.

Teor da transformação:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, duração e objecto

Artigo 1.º

Natureza jurídica e denominação

A sociedade, constituída sob a forma de sociedade anónima, adopta a denominação E. I. P. — Electricidade Industrial Portuguesa, S. A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

Artigo 2.º

Sede e formas de representação

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Castilho, 235, 2.º, em Lisboa.

2 — O conselho de administração da sociedade poderá, com observância das normas legais aplicáveis, mudar a sede social para outro local do concelho de Lisboa ou para qualquer outro concelho limítrofe, bem como abrir sucursais e outras formas de representação social em qualquer ponto do território nacional ou do estrangeiro.

Artigo 3.º

Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 4.º

Objecto social

1 — O objecto social consiste nas actividades de fornecimento e montagem de instalações eléctricas e mecânicas, infra-estruturas diversas, indústria de engenharia eléctrica, metalomecânica, galvanização e representações.

2 — A sociedade pode livremente participar, por deliberação do conselho de administração, no capital social de quaisquer outras sociedades, constituídas ou a constituir, ainda que com objectos diferentes do seu e mesmo regidas por leis especiais, bem como associar-se sob qualquer forma por lei permitida com entidades singulares ou colectivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação ou outro tipo de exercício de actividade económica.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

Artigo 5.º

Capital social e forma de representação

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 3 500 000 euros e é representado por 3 500 000 acções ao valor nominal de 1 euro cada.

2 — As acções são nominativas ou ao portador, convertíveis a requerimento dos accionistas interessados.

3 — As acções são representadas em títulos de 1, 10, 100, 1000, 5000, 10 000 e 100 000 acções, as quais serão assinadas por dois administradores, podendo uma das assinaturas ser de chancela.

4 — É admitida a criação de acções escriturais, por emissão ou conversão, aplicando-se aos respectivos processamentos e custos o disposto no Código de Valores Mobiliários ou na lei aplicável.

5 — A sociedade poderá, nos termos legais, emitir acções preferenciais sem voto ou de outra categoria especial.

Artigo 6.º

Emissão de obrigações e outros títulos de dívida

1 — Com observância das normas aplicáveis, a sociedade poderá, por deliberação do conselho de administração precedida de parecer prévio do fiscal único, emitir qualquer título de dívida legalmente permitido, nomeadamente obrigações convertíveis em acções, tituladas ou em forma meramente escritural.

2 — Por deliberação do referido órgão social, a sociedade poderá adquirir obrigações próprias e efectuar sobre elas as operações que julgue necessárias.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

Artigo 7.º

Órgãos sociais

Os órgãos sociais são a assembleia geral, o conselho administração, o fiscal único e o secretário.

Artigo 8.º

Natureza, constituição e funcionamento da assembleia geral

1 — A assembleia geral representa a universalidade dos accionistas, sendo constituída por todos os accionistas que, com a antecedência de 15 dias em relação à data de cada reunião, possuam acções averbadas em seu nome no livro de registo de acções da sociedade, ou sendo acções ao portador não registadas ou acções escriturais não registadas, mediante o envio à sociedade, com a mesma antecedência, por qualquer intermediário financeiro, da declaração prevista na lei para o efeito.

2 — A cada 100 acções corresponde um voto.

3 — As pessoas singulares apenas se poderão fazer representar nas assembleias gerais por outro accionista, pelos seus cônjuges, ascendentes ou descendentes, ou por um membro do conselho de administração da sociedade, mas podem fazer-se acompanhar por um consultor técnico, incluindo advogados.

4 — Os membros do conselho de administração e o fiscal único, bem como o secretário devem participar e intervir nas reuni-